

entrevista

Filosofia como resistência

Carlos Ratton

David Emanuel Carneiro

João Botton

Leandro Lelis

Nesta edição, a *Outramargem: revista de filosofia* teve a satisfação de entrevistar o professor Ivan Domingues. Professor titular da UFMG, doutor em filosofia pela Sorbonne, Paris I, França, Domingues atua em várias áreas, destacando-se: epistemologia das ciências humanas, hermenêutica do texto filosófico, filosofia da técnica, ética e conhecimento, filosofia francesa e outros temas da filosofia contemporânea. Tem vários livros e artigos publicados. Pesquisador do CNPq há vários anos, nível 1A, onde desenvolve atualmente a pesquisa “Filosofia da tecnologia: aspectos epistemológicos”. Coordenador do Núcleo de Estudos do Pensamento Contemporâneo (NEPC), de abrangência interdisciplinar e com sede na FAFICH/UFMG, onde vem desenvolvendo a pesquisa “As biotecnologias e o futuro da humanidade”, financiada pela FAPEMIG. Além de ter consagrado parte de sua carreira em atividades da administração universitária, com publicações versando sobre suas preocupações acerca dos rumos do ensino e da pesquisa, o professor tem experiência em comitês de agências de fomento e foi agraciado, em reconhecimento da UFMG, com o Prêmio FUNDEP 2005 – área de humanidades.

A entrevista foi realizada em 11/10/2106, por Carlos Ratton, David Emanuel Carneiro, João Botton e Leandro Lelis, nas dependências do Núcleo de Estudos do Pensamento Contemporâneo (NEPC), do qual o entrevistado é o coordenador¹. A conversa durou aproximadamente quatro horas num ambiente descontraído, no qual o entrevistado discorreu sobre a sua carreira, desde os motivos que o levaram a iniciar o curso de filosofia, sua formação no exterior, implementação do curso de doutorado em filosofia da UFMG e suas pesquisas atuais. Destacou-se ainda questões relativas à pesquisa da

¹ O material da entrevista teve inclusões e emendas para se chegar a versão que ora se apresenta: trata-se portanto de uma entrevista “editada”, atenta à necessidade de ajustar a comunicação oral à escrita, destinada a um público mais amplo. Caberá ao entrevistado disponibilizar por outros meios tanto a filmagem da entrevista quanto a íntegra da entrevista. Apesar dos cortes, que todo mundo lamenta, a *Outramargem: revista de filosofia* acredita que o objetivo de abordar a memória da filosofia brasileira e do Departamento de Filosofia da UFMG cumprindo a contento, suprimindo uma importante lacuna da memória da nossa filosofia.

filosofia feita no Brasil, suas principais características, internacionalização e comparação com outros centros. De modo instigante, Domingues defende a importância de “cultivar a autonomia do pensamento e nunca perder o sentido dos problemas” para que a filosofia seja uma *resistência*. Confirmam a entrevista.

[1] Para começar nossa conversa, gostaria que falasse um pouco sobre sua vida. O senhor nasceu em Pedro Leopoldo, certo? Gostaria de ouvi-lo um pouco sobre sua infância, onde estudou, como decidiu fazer filosofia, como foi sua graduação e a sua carreira.

Sim, nasci lá, de uma família de imigrantes europeus da segunda geração, eu da terceira. Levávamos uma vida modesta, típica de classe média baixa, num país pobre e limitado, e numa época em que quase não havia classe média fora das grandes capitais. A cidade era pequena e não fazia parte da Grande BH. Mesmo BH não era grande. Há tempos eu vi as estatísticas. Segundo o IBGE, nos anos cinquenta, época da minha infância, a população da capital dobrou, passando de 350 para 700.000 habitantes. Hoje Pedro Leopoldo não passa de uma cidade dormitório, tendo eu saído de lá por volta dos 20 anos.

Quanto aos estudos, respondendo à segunda parte da pergunta, eu os fiz em escola pública. Naquele tempo não havia escola privada para 1º e 2º graus. Só o Jardim de Infância. Mas as escolas públicas eram boas. Não estavam sucateadas como hoje. Guardo uma excelente lembrança de minhas professoras do 1º grau, chamado de primário na época, e o local de estudos de grupo escolar. No 2º grau houve um professor de história que me influenciou muito. Porém, não foi ele quem me levou à filosofia. Ele apenas me abriu as portas para a história, que é uma das minhas paixões intelectuais, e me fez descobrir as delícias das descobertas do pensamento.

Paralelamente, já adolescente, até as vésperas de eu me mudar para Belo Horizonte para fazer curso superior, eu pertenci a um grupo de jovens chamado de JUPEL – Juventude de Pedro Leopoldo, ligado à esquerda católica, havendo alguns membros – mais velhos – vinculados à JUC e suspeito eu à AP, cujas siglas eram associadas a Pe. Vaz e de cuja existência ninguém sabia na época, exceto um dos líderes, que fazia filosofia e é meu amigo até hoje, Renato Hilário. Lembro-me ainda de Carlos Drawin, que não pertencia ao grupo mas tinha ligações com a gente, vindo daquela época a nossa amizade, que foi se adensando ao longo do tempo, dentro e fora do Departamento.

Estou falando deste grupo, a JUPEL, porque ele me proporcionou uma nova experiência intelectual, bem mais vasta do que a da escola pública, bem como uma nova experiência política, e de esquerda. Era época da ditadura e de resistência. Cheia de

riscos, e mais ainda depois do AI-5, em 68, quando vários amigos foram presos. Quanto ao mais, foi naquele tempo que eu tomei pé do livro de Paulo Freire – *A pedagogia do oprimido* – e de obras de orientação marxista.

Já respondendo à terceira parte da pergunta, digo que foi neste ambiente que decidi fazer filosofia. Sem nenhuma influência externa. Mas por mim mesmo. Para incompreensão – não digo desgosto – de meus pais, que não sabiam direito o que era a filosofia. Digo, portanto, por mim mesmo e digo também que o impulso que me levou a fazer filosofia não foi a política. Foi uma vaga e difusa inquietação cósmica e existencial. A pergunta pelo sentido da vida e pela verdade das coisas.

Lembro-me que essas perguntas faziam parte do repertório de minhas conversas com este amigo mais velho antes referido, Renato Hilário, e hoje professor da FAE da UnB. Acrescento que elas nunca me abandonaram e eu mesmo nunca as abandonei depois.

Mais tarde, depois de fazer o cursinho do Pitágoras da Rua Tupinambás, vim definitivamente para Belo Horizonte, fiz filosofia na UFMG, depois o mestrado, tendo Giannotti feito parte da minha banca, e no fim com a ajuda dele fui para Paris, para fazer o doutorado na Sorbonne, Paris I.

Então, depois de tudo isso, juntando as pontas, descobri de uma vez por todas que o mundo era maior do que a minha paróquia. Diferente de um amigo meu, que era machista e dizia, para justificar o seu machismo que “tudo é cultural e eu nasci em Araçuaí”. Eu nasci em Pedro Leopoldo, depois me mudei para Belo Horizonte, a mudança me abriu novos horizontes, depois eu me mudei para Paris, conheci outras culturas, conheci outras cidades e países, passei um ano em Oxford, e agora uns tempos nos Estados Unidos. Por isso, no tocante às raízes, eu me sinto meio desterritorializado, e vejo na desterritorialização, ou antes no desenraizamento – ou o *dépaysement* como dizem os franceses – a condição inultrapassável do verdadeiro intelectual: a um tempo de cidadão do mundo e de estrangeiro em seu próprio país, e por isso mesmo com a distância e a insatisfação requeridas para levar a cabo os questionamentos que dele se esperam.

Acrescento, para concluir, que esse estado de alma acabou afetando minha maneira de ver as coisas, o mundo, o país e a própria filosofia.

Resumindo, essas experiências no estrangeiro, e antes de tudo a realização do doutorado na Sorbonne na França, foram decisivas na minha formação pessoal e para o rumo que eu terminaria por dar à filosofia. O meu orientador foi Jean Toussaint Desanti, que tinha laços com o Brasil, sobretudo São Paulo e a USP. Na época, anos 80, Paris

oferecia uma concentração absurda de seminários, eventos e cursos, protagonizados por uma constelação de professores e intelectuais de primeira grandeza: na Sorbonne, na École d’Hautes Études en Sciences Sociales, na École Normale Supérieure da Rue D’Ulm, no Collège de France. Em especial no Collège de France, onde pude assistir ao seminário de Lévi-Strauss e ao curso de Michel Foucault. Foucault então foi uma experiência única e incomparável: o auditório lotado, mais de 300 pessoas, eu lá assistindo aos seus dois últimos cursos e Foucault exuberante, estava doente, ninguém sabia, e ele lá diante de nós – teatro puro e uma verdadeira vedete francesa.

Tudo isso foi um privilégio e inesquecível.

[2] O senhor fez parte da primeira leva de pesquisadores brasileiros a irem estudar no exterior. Esse processo foi importante para a profissionalização da filosofia no país. Contudo, parece que há uma clara exaustão desse modelo com um produtivismo que perdura hoje, o que tem sido mostrado pelo senhor em vários de seus textos. Como esse processo ocorreu e o que poderia ser feito para modificar essa situação?

De fato, minha geração está associada à profissionalização da filosofia no país – digo para o bem e para o mal, como vou explicar daqui a pouco.

Tal profissionalização, porém, não foi exclusiva da filosofia. Tratava-se de um contexto nacional mais amplo, abarcando todas as áreas do conhecimento, conduzido pela CAPES e o CNPq: a CAPES com o objetivo de implantar a Pós-Graduação em nossas universidades, especialmente as públicas; o CNPq com o objetivo de formar os nossos pesquisadores em C&T. A data foi o início dos anos 70, quando o processo foi iniciado na esteira da Reforma Universitária de 1968, em plena ditadura militar, tendo-se expandido nos anos 80 e concluído nos anos 90.

Se por profissionalização entende-se a formação de pesquisadores, sendo esta feita na pós-graduação e ao mesmo tempo preparando os seus quadros, pode-se então dizer que as ações da CAPES e do CNPq no fundo foram uma só, e o resultado foi a conclusão de um processo iniciado nos anos 30 com a criação da USP e o primeiro núcleo das federais: primeiro com a graduação, quando tudo começou, e muito tarde, depois com a pós-graduação, quando a intelectualidade universitária brasileira venceu o *gap* histórico que a deixava em desvantagem com os países ricos, faz o compasso com o *mainstream* mundial e põe fim à época dos diletantes, colocando em seu lugar o *scholar* ou o profissional especializado.

Digo então que minha geração foi formada neste quadro. Não digo todo mundo. Muitos não saíram e ficaram para trás. Outros foram e depois voltaram. No Rio, no Rio

Grande do Sul e em Minas. São Paulo já tinha começado antes, com a Missão Francesa. Mas a verdade é que tanto a USP quanto a UNICAMP foram largamente beneficiadas pelos programas de bolsas da CAPES e do CNPq. Quanto a Minas, quase ninguém tinha saído antes, as exceções eram mínimas: José Henrique Santos, que era professor do Departamento e teve uma estada importante na Alemanha; e um grupo de quatro ou cinco colegas que foi parar em Louvain, na Bélgica, onde realizaram seus doutorados, em pleno anos de chumbo, na época da ditadura – todos eles fora dos programas da CAPES e do CNPq, e José Henrique com bolsa alemã e um complemento do Itamaraty, com o dedo de Guimarães Rosa, como ele me disse uma vez. Então, de fato, eu fui um dos primeiros em Minas, assim como outros colegas da minha geração, num processo que continuou depois, até os anos 90, com os mais jovens. Agora, o doutorado completo no exterior acabou, só ficou o estágio *sandwich*. Entendo que o fim deste programa é um grande equívoco, podendo muito bem ele continuar em complementaridade ao doutorado nacional.

Conversei sobre este assunto com Guido de Almeida, ele no Rio, e eu aqui. Nossas opiniões são parecidas. Quando voltamos do exterior, ele antes de mim, tínhamos um mundo a ganhar. Havia espaço para todo mundo e cada um de nós podia idealizar e trilhar seu caminho. Quanto ao *éthos* dessa geração, os chamados primeiros profissionais da filosofia, os *scholars*, não era só a *expertise* que os definia: além de especialistas em suas áreas respectivas, todos tinham um grande sentido institucional, sabiam que estavam construindo uma coisa nova e importante, e a maioria se dispunha a cooperar com o vizinho, vendo nele um aliado, e não um inimigo.

Hoje, tudo mudou, o mundo está ganho, não tem mais espaço sobrando, todo mundo está acotovelado com todo mundo, a competição se instalou por toda a parte, e foi a vez do taylorismo acadêmico, todo mundo querendo por uma linha a mais no Lattes e a universidade cobrando.

Ao comparar o antes e o depois, vejo em tudo isso mais um caso do paradoxo das consequências das ações de Max Weber: ao formar a geração atual, nenhum de nós tinha a intenção de instalar o taylorismo acadêmico, mas este foi o resultado. Não por nossa causa, mas com a nossa ajuda e com o nosso instrumental ou *background*.

Não é simples explicar as razões ou as causas desse estado de coisas. O nome genérico desse processo é, como vocês mesmos o disseram, produtivismo. Vocês também disseram que esse modelo está em exaustão. Estou de acordo. Contudo, como eu estava dizendo, não é uma tarefa simples explicar as suas causas, qual ou quais os

processos estavam ou estão por trás dele, a supor que ele seja o efeito de uma causa qualquer. Nem é igualmente simples a tarefa de achar a saída e superá-lo.

De minha parte, como venho mostrando em meus estudos, digo que a razão profunda é a chamada *commodification* do conhecimento e o aumento da escala das atividades intelectuais, iniciada no Pós-guerra e ainda em curso, com a inclusão do terceiro mundo e a Ásia, e a Ásia é um mundo à parte. A grande referência é o relatório de Vanevar Bush, que instaurou o modelo que se poderia chamar de tríplice hélice, abarcando a triangulação ciência, sociedade e indústria, ou o mercado se se quiser, cujo resultado foi o advento da *Big Science*, bem como de uma economia e uma sociedade *High Tech*, em escala mundial. Trata-se da globalização, com suas várias facetas e contrapartes, exigindo em sua consecução pesados investimentos de capitais em C&T e tendo como contraparte social a implantação da chamada sociedade do conhecimento, com muita gente envolvida no mundo inteiro e em meio de um grande anonimato: ninguém sabe ao certo o que se está fazendo, nem o vizinho ao lado, e com tanto capital de risco investido – daí a necessidade de informações, de controles, de tabelas e de *rankings*.

Este é, portanto, o ambiente, o nosso ambiente, o ambiente de hoje, comandado pelo *Publish or Perish* no mundo inteiro. Aqui no Brasil protagonizado por um novo intelectual: não digo exatamente o *comissioned* intelectual, que existe mas não é a maioria; mas o *scholar* ou o intelectual pesquisador, aquele que opera segundo o *modus lattes* e o *modus qualis*, e que hoje constitui uma legião entre nós.

Vocês perguntam pela saída. Digo em resposta que não há saída à vista, e qualquer saída, se existir e se for possível, não será fácil. Trazendo as coisas para o nosso cotidiano, eu não posso dizer aos meus alunos de Pós: Virem as costas para o Lattes, a CAPES e o CNPq e sigam adiante. Nada disso. Mas eu sei que no plano mundial, como já mostrei em meus artigos, que há muita gente insatisfeita com esse modelo e procurando outras saídas. Sobretudo os mais velhos. O mais jovem não. Ele tem de fazer a sua vida primeiro. Como nos Estados Unidos: só depois de conseguir a *tenure* [estabilidade ou a nossa DE]. Exemplo de saídas possíveis: o movimento *Slow Science*, em analogia com o *Slow Food*. Mas não será fácil: os contra-exemplos abundam, denunciando que o processo ainda está vivo e longe de estar esgotado; no período em que passei agora nos Estados Unidos, em conversa com Robert Audi, de Notre Dame, ele me disse que a Sociedade Americana de Filosofia está patrocinando o sistema revisão por pares triplamente cego... É isso, triplamente ... No futuro mais e mais ...

Eu continuo resistindo e procurando travar o bom combate.

[3] Enquanto coordenador da pós-graduação, o senhor ajudou a implementar o doutorado no programa de filosofia da UFMG. Conte-nos um pouco sobre esse fato e como ocorreu essa implementação.

Foi quando eu voltei da França, depois de ter terminado meu doutorado, no final de 1989. Então, o Prof. Trogo, meu colega, na época o coordenador do Mestrado em fim de mandato, me procurou com a proposta, em nome do grupo, de eu ser o novo coordenador, com a missão de implantar o Doutorado, cujo projeto estava parado na PRPG – a Pró-Reitoria de Pós-Graduação – em diligência.

A pró-reitora era Ana Lúcia Gazolla, depois reitora da UFMG: muito eficiente e das minhas relações. Ela estava implantando na Universidade um novo sistema de pós-graduação e com o aval da CAPES – o sistema das linhas de pesquisa. O problema era que o projeto da filosofia era à antiga, fundado em áreas de concentração com recortes mais amplos, e os colegas da velha guarda não se entendiam com ela sobre a necessidade de mudar e em que rumo ou direção. Havia, portanto, desconfiança dos dois lados e uma meia-crise em curso, digo “meia” porque implícita e sem a ideia de embate ou de viagem sem volta. Mas havia uma crise, sim, latente, mas real, que deixava as pessoas inseguras.

Neste contexto eu fui eleito coordenador, tomei pé da situação, vi que era uma boa a mudança e com a ajuda de novos colegas que também estavam voltando, como Newton Bignotto, e com outros de quem eu era próximo, inclusive da velha guarda, remodelei o projeto e discuti com o colegiado a mudança de rota. O colegiado aprovou, a pró-reitora deu o aval, o sistema de linhas de pesquisa foi implantado e ele está aí até hoje.

Contudo, a implantação não foi fácil. Alguns colegas resistiram e no fim cederam. O período era muito conturbado. Governo FHC. Paulo Renato era um péssimo ministro da educação. Muita insegurança. Então vários colegas se aposentaram e foi a vez dos novos, que continuaram chegando ou entrando para o Departamento. Assim, demos uma nova cara para o Departamento e a Pós, agora com o ciclo completo, Mestrado e Doutorado. Houve um pacto de governabilidade, todo mundo se ajudando, muita aderência institucional, com um agudo sentido meritocrático e resolutamente exógeno, à diferença de outros PPGs rivais.

O resultado é conhecido e vocês sabem. Depois do Rio Grande do Sul foi a vez de Minas Gerais, com o nosso PPG no topo do sistema de avaliação da CAPES. O último ato foi o conceito 7 ao lado da USP.

[4] O senhor fundou o Núcleo de Estudos do Pensamento Contemporâneo - NEPC em 2007 sobre bases interdisciplinares e com o objetivo de estudar o

contemporâneo. Iniciadas as pesquisas em 2009, o Núcleo caminha para o seu quarto projeto que deverá contemplar as biotecnologias e as tecnologias da informação. 1) sabemos que a cultura interdisciplinar encontra-se em desenvolvimento no meio acadêmico do nosso país. Quais experiências no processo de formação da pesquisa interdisciplinar no interior do seu grupo você consegue divisar? O que é mais difícil em se tratando de promover essa metodologia ou “atitude” (como você a define)? 2) as pesquisas têm por objetivo estudar a contemporaneidade. Por que delimitar o contemporâneo como objeto de estudo e quais são as suas particularidades?

Trata-se de um problema vasto e difícil de responder, levando-nos para fora da filosofia e abrindo-nos a novas experiências intelectuais.

Duas são as questões: 1ª a interdisciplinaridade e seus desafios; 2ª por que o contemporâneo. E juntando as duas o Núcleo de Estudos do Pensamento Contemporâneo, o NEPC: idealizado antes de eu ir para Oxford em 2007 e implantado quando eu voltei no segundo semestre de 2008, contando com um corpo de 20 pesquisadores e tendo já executado dois projetos com apoio da FAPEMIG e foco nas novas biotecnologias e a questão antropológica – fases I e II. Contudo, se o Núcleo foi idealizado antes, a execução e a direção tomada têm tudo a ver com a Inglaterra, tendo sido a proposta de juntar o contemporâneo, as biotecnologias e a questão antropológica tema de meu pós-doc em Oxford e que eu desenvolvi no Uheiro Center for Practical Ethics.

Quando eu voltei, ao idealizar o projeto para a FAPEMIG, eu pensei em formatar uma proposta no campo dos STS. Ou seja, sigla que em inglês designa os Social Studies of Science and Technology, tipo dos estudos existentes nos EUA: interdisciplinares, baseados nas ciências humanas e sociais, incluindo a filosofia, e com o propósito – no caso do NEPC – de estudar as novas biotecnologias, o impacto delas sobre a questão antropológica e o problema das regulações: éticas, jurídicas e políticas.

Como em muitas coisas que eu fiz ao longo da minha carreira, esta era mais uma que tinha tudo para dar errado. De saída, a cultura interdisciplinar é pouco cultivada em nosso país, e menos ainda nas humanidades. As dificuldades são de várias ordens, e em especial o fato de só recentemente o país ter conquistado a cultura disciplinar, com direito aos seus primeiros *scholars* e especialistas. A filosofia não fogia à regra, com os colegas encapsulados, cada qual entregue à sua disciplina e *expertise*, e a maioria deles apostando ou no isolamento puro e simples ou na precedência e função tutelar da filosofia.

Então, a experiência não foi simples. Minha vantagem: eu já tinha uma cultura interdisciplinar sólida, adquirida desde os tempos da fundação do IEAT [Instituto de Estudos Avançados Interdisciplinares/UFMG], e esta experiência, adensada ao longo dos anos, eu pude levar para o NEPC com uma certa segurança e tranquilidade. Eu posso dizer que esta experiência ajudou, o NEPC deu certo e os resultados concretos mostram isso: 2 livros publicados, mais um livro no prelo, mais um projeto de pesquisa em curso, habilitado para mais um apoio da FAPEMIG, além de vários artigos, colóquios e *workshops*, sem esquecer o grupo de pesquisa ele mesmo, hoje uma referência no país.

Sobre a metodologia e a atitude interdisciplinar, o desafio é instalar as referências cruzadas e alguma coisa como um olhar transversal, senão oblíquo, como o da *Demoiselle d'Avignon*, do quadro célebre de Picasso, e uma das capas dos livros do IEAT, o primeiro. Metáforas à parte, penso que em termos metodológicos, são os requisitos para a implantação de um projeto interdisciplinar:

[1] Foco: o problema, não a disciplina ou a solução.

[2] Transversalidade: o problema deve atravessar diferentes campos disciplinares (água por exemplo).

[3] *Teamwork*: conduzido em equipe e em bases cooperativas.

Por fim a última pergunta: Por que o contemporâneo? Porque é a minha área principal em filosofia e o campo em que eu me movo. Como comentei no início, as questões da verdade e do sentido das coisas, sentido esse existencial, foram as duas grandes questões que me levaram à filosofia, em busca de uma resposta que eu julgava não ser possível encontrar nem na ciência nem na religião. Neste contexto, desde o início a questão antropológica foi e é uma das minhas obsessões, com seu duplo viés, de ciências humanas antes (minhas pesquisas em epistemologia das ciências humanas e sociais), e de ciências médicas e biológicas hoje (minhas pesquisas atuais em biotecnologias, na extensão da filosofia da tecnologia).

Ao trazer a questão antropológica para o ambiente e o campo do contemporâneo, ao me ocupar dos desafios das novas biotecnologias, com a engenharia genética e seus programas na linha de frente, levando o geneticista a falar ou propor o *enhancement* dos seres humanos, o bebê *à la carte* e o *designer baby*, assim como o prolongamento indefinido da vida, a troca de sexos, a clonagem, a hibridação homem/animal e homem/máquina, e outras coisas mais, eu formulei o problema filosófico de uma experiência a todos os títulos contemporânea do mal-estar antropológico. Ou seja, o mal-estar de uma humanidade insatisfeita ou mal cabendo em si e nada bem em sua

própria pele, uma humanidade egoísta e narcísica, bem como indigente e decaída, levando Nietzsche a dizer que o homem ou o *anthropos* como categoria universal é um animal que não deu certo. Da mesma forma, no meu caso, ao formular a questão do mal-estar antropológico, com a resposta biotecnológica da reengenhagem do ser humano ocupando o primeiro plano: tanto mais profundo o mal-estar com o fim das utopias políticas da revolução e da reforma da humanidade, nas versões mais radicais ou moderadas do iluminismo, ficando em seu lugar as utopias biotecnológicas do *enhancement* e do advento do pós-humano.

Trata-se da questão antropológica vista como tão velha quanto à humanidade, mas repensada e filosoficamente trabalhada à luz da ciência e da tecnologia contemporâneas, ou as tecnociências, melhor dizendo – donde a novidade e o porquê do contemporâneo.

[5] Já há algum tempo a técnica e a tecnologia são alvos do seu interesse, como você bem comentou. Um dos debates mais importantes no presente acontece em torno do pós-humano, ponto que as novas tecnologias poderão nos levar no futuro. Entre tecnófilos, tecnofóbicos e tecnoprofetias, entre as possibilidades de um humanismo renovado e do transumano, entre biofilia (bioconservadorismo) e biofobia, quais definições suscitam mais a sua adesão pessoal? E dentre as visões da técnica apresentadas em seu último livro *O trabalho e a técnica* (WMF Martins Fontes, 2016) – instrumental, metafísica ou essencialista, sistêmica, crítica e sociocultural – qual você considera mais pertinente para se pensar tais questões, e em contrapartida, qual lhe parece mais obsoleta?

Vou tentar ser breve a partir de agora, senão a entrevista vai ficar longa demais e não poderá ser publicada tal qual.

Sobre a questão da técnica e suas concepções, que me é particularmente cara, como vocês sabem, digo que são as visões de homem, em primeiro lugar, que estão em jogo. Tecnofóbicos, tecnófilos, biofóbicos, tecnoprofetias: eu procuro tomar distância disso. O homem é um ser aberto e moldado. Eu aceito em princípio as manipulações. O corpo não é sacrossanto, não podemos viver sem interação com o ambiente, com outrem. Toda a educação, desde a mais tenra idade, é uma manipulação da mente ou o seu manejo. Da mesma forma a academia de ginástica e a modelagem do corpo. Mas é claro que tem limites e não podemos deixar as coisas correrem soltas. Esse é um ponto decisivo. Só que esses limites não são fixos, mas dinâmicos e a própria técnica altera, empurra os limites. Isso faz parte, digo as duas coisas, manejar pela técnica e limitar a técnica pelas regulações. Eu penso com Leroi Gourhan, para dar conta de tudo isso, a ideia de dispositivo, *ensemble technique*, o homem como ser técnico – desde o

paleolítico, quando a mão e o seu corpo, talvez antes mesmo da pedra, foram usados como primeiros instrumentos, e depois a coisa não mais parou. Hoje, a nossa dependência da técnica é colossal e não mais conseguiremos viver sem ela. Esta é a situação: a técnica potencia a humanidade e a franqueia dos limites das coisas, e ao mesmo tempo nós não estamos dispostos a dar toda a autonomia à técnica e damos um jeito de controlá-la, impondo-lhe limites, pois sabemos que o feitiço pode virar contra o feiticeiro. Isto quer dizer que estamos em estado de negociação permanente com esses limites. Limites biológicos e naturais, de um lado, e histórico e culturais, de outro lado.

Uma definição do *anthropos* mais ajustada a essa situação, que eu costumo usá-la como ponto de partida e que não é propriamente uma definição, é a de Platão, no *Banquete*, onde o homem aparece com um ser de carência e de desejo, em primeiro lugar, e ser de artifício e de invenção, por último, ou melhor, no mesmo compasso, pois os dois aspectos vão juntos. Digo como ponto de partida, porque é preciso acrescentar outras coisas a mais. Resumindo, menos natureza humana e mais condição humana. Há um certo mal-estar antropológico que define a humana condição. Como dito, o ser humano é um ser insatisfeito, acometido por um mal-estar antropológico invencível. Neste cenário, a própria técnica entra na quota, junto com as artes, a religião e a filosofia, daquelas invenções humanas visando remediar a nossa condição e suprir as lacunas: tarefa essa impossível ao fim e ao cabo, pois ao satisfazer umas carências e necessidades surgirão outras, inclusive geradas pela própria técnica, e assim por diante, ao infinito.

A visão da técnica com a qual eu fico mais à vontade, já que são tantas, é a visão sociocultural, mas crítica. Uma visão sociocultural pode ser apologética, como a tecnocrática, e também crítica, como a dos frankfurtianos, Marcuse por exemplo, conhecido por ter proposto uma visão-sóciocrítico-cultural. No meu caso, ao visar as novas tecnologias, sem ilusões, nem otimista, nem pessimista, mas crítica. Podemos e devemos nos proteger dos abusos – veja o caso das regulações que eu venho trabalhando no NEPC e faz parte das minhas convicções filosóficas. Tenho uma profunda desconfiança das utopias tecnológicas. Considero a tecnologia poderosa, importante demais para as nossas vidas, mas as utopias tecnológicas como redenção da humanidade, não aceito. As coisas são muito mais complicadas. É preciso considerar a sociedade, a cultura, as esperanças e as fantasias, bem como as desconfianças e os medos. Tudo isso faz parte da humana condição e acompanha o percurso das tecnologias, que podem muito bem falhar e suas aplicações ser arriscadas.

De minha parte, procuro guardar distância filosófica tanto em relação às distopias, quanto às utopias. Entendo que as utopias tecnológicas são uma espécie de último rebento das luzes. É fácil situar: o fim das ideologias e das revoluções políticas; o colapso do marxismo e do comunismo no final do século XX. Desde então, ao se avizinhar do fim do século, houve a subida das utopias tecnológicas, como uma espécie de compensação, no lugar das ideológicas e políticas. Somo isso à conta dos excessos e também à da falta. Entendo os excessos como típicos dos tempos neoliberais. O ideário das novas eugenias, bebê *à la carte*, e assim por diante, tudo da alçada dos indivíduos e uma questão de preço e, logo, de mercado. Já a falta é a falta da crítica, ou da consciência crítica, depois que ela foi obnubilada, inclusive pelo sucesso das tecnologias, e tudo terminando com a humanidade indiferente e anestesiada. Coloco as armas da crítica na filosofia que é o meu lugar como intelectual. Busco as armas na filosofia, no pensamento, mas não quero dizer com isso que somente a filosofia pensa. O ofício do intelectual é compartilhado por todas as áreas do conhecimento. No campo da filosofia procuro travar o bom combate. Em política, em atitude de resistência e em busca de novas alternativas para a esquerda, que foi derrotada, e com respeito a essas revoluções tecnológicas que estão aí.

Sobre este último aspecto, não condeno as biotecnologias *in limine*. As utopias a que estão associadas, sim. A eugenia neoliberal, sim. Aceito a reengenhagem até um certo ponto, mas são coisas complicadas, como a clonagem. Não é trivial, ninguém tem as respostas que resolvam os problemas e nos convençam a todos. As orquídeas são todas clonadas, mas um “clonezinho” meu, não gosto da ideia. Isso não está naturalizado, pode ser que um dia esteja. A tecnologia é cultura. Lembrem da vacina, a Revolta da vacina contra a febre amarela, no Rio de Janeiro, e da Revolta do Quebra-Quilos, no Nordeste, quando modificaram o sistema de peso e de medidas foi uma revolução! E aí, passado um tempo, tudo se naturaliza, todo mundo toma vacina e o sistema de peso francês foi adotado por toda a parte, inclusive no nordeste e na feira de Caruaru.

A alguns autores eu me filiaría. Feenberg, Gilbert Simondon, Langdon Winner e um pouco antes Leroi Gourhan, de quem já falei. Mas eu assinaria o manifesto transumanista? Não, porque a minha atitude é crítica no tocante ao direito de escolha e ao direito da necessidade de regular. Não está certo em consentir a divisão da humanidade em duas categorias de indivíduos: os normais e os melhorados – e isto justificado em termos de mercado. Tem coisas que precisam de regulação e outras não. As biotecnologias radicais precisam ser reguladas, as terapias gênicas também. Ainda não estão seguras. As tecnologias de alteração células germinais são radicais e têm o

potencial de mudar a humanidade, sem ter a certeza se para o bem, ao passar a nova informação para a descendência. A clonagem, por seu turno, é esquisita. É conservadora. Não é ameaçadora, ela replica. Do ponto de vista evolucionário é péssimo. É o reino do igual. Mas traz problemas outros, culturais: acaba a ideia de família, vai subvertendo certas relações verticais intergeracionais que geram insegurança, e cria problemas jurídicos, ainda. A humanidade não está preparada, não pode ser uma mera questão de escolha pessoal, como a cerveja, e por isso é preciso ter regulação.

[6] Em seu livro *O continente e a ilha*, na esteira do qual o senhor põe sua pesquisa sobre o Brasil, o senhor sugere ensaisticamente uma maneira de operar a filosofia que retenha o melhor e evite o pior do que foi definido como o modo continental e o modo insular de fazer filosofia. O Brasil tem uma cultura de miscigenação muito dada a hibridismos e com seus departamentos de filosofia abrigando, frequentemente, ao mesmo tempo, especialistas versados nessas duas tradições. Tais condições são favoráveis para esse modo de filosofar que as conclusões de *O continente e a ilha* sugerem?

Em *O continente e a ilha* comento que a vantagem do Brasil pode ser a sua fraqueza: país periférico convivendo o tempo todo com filosofia importadas desde a colônia. A força advinda da fraqueza é o Brasil poder aprender com todas elas. A nossa abertura, como Macunaíma, depois de deglutir todas, criar a sua própria filosofia. Uma situação que não é exclusiva e pode ser comparada com a Espanha, com a Itália e a Holanda até certo ponto. E mesmo com os Estados Unidos, até a segunda grande guerra.

Em artigos recentes e no meu próximo livro, que terá a filosofia no Brasil como foco, ao pensar o problema, não no rastro do Macunaíma, mas do *scholar*, mostro que a perspectiva muda. Há um lado pessimista no quadro assentado nos últimos cinquenta anos. O risco é implantar um novo mandarinato: o do *scholar*. Não diferente da França, da Inglaterra, da Alemanha e dos EUA. Teremos assim a celebração de uma filosofia técnica e, associada com essa celebração, a morte do pensamento. Esses são os dois lados da coisa, coexistindo no mesmo processo, que é nosso, a abertura e o fechamento, e isto é preocupante, podendo levar à vitória, junto com o novo mandarim, o *scholar*, de verdadeiros autistas funcionais.

Ainda sobre a pergunta, considero a questão nacional, que faz parte da cultura e é portanto real, mas tenho certas reservas com relação à ideia de filosofia nacional. Não sou nacionalista em matéria de filosofia: qual era a verdadeira nacionalidade de Flusser que aqui viveu e fez filosofia em São Paulo? Era ele um tcheco emigrado? Ou será um

brasileiro de adoção ou um tcheco-brasileiro? Mais além da filosofia, tenho desconfiança dos nacionalismos exacerbados, como posição política fechada. O mundo está globalizado. O que não podemos é entregar tudo. Tem que ter abertura e competência para interagir. O país tem escala, tem opções e poderá aumentar seu raio de ação. Dou mais exemplos.

Quem foi Espinosa? Certamente era neerlandês, pois nasceu na Holanda. Seus pais porém chamavam-no Bento, pois eles eram judeus portugueses que fugiram da península por causa da Inquisição, numa época em que Portugal fazia parte da coroa única, a União Ibérica, tendo a Espanha na linha de frente. Será então um emigrante português, como sua família? Ou será um espanhol? Ou será um judeu que passou a assinar Baruch na Holanda – mas foi expulso da sinagoga –, tendo depois adotado o latim Benedictus, quando assinou a *Ética*, e aí não tem pátria? Nem uma coisa nem outra eu diria. Hoje Espinosa é um filósofo transnacional que fez filosofia cartesiana, ou anticartesiana, até certo ponto, e assim passou a ser conhecido.

Outro exemplo paradigmático é o de uma colega francesa, Catherine Colliot-Thelène. Conversando com ela sobre filosofia francesa, filosofia continental, filosofia insular, ela disse que era francesa mas não sabia o que era “filosofia francesa”, e que ensinava filosofia alemã, Max Weber, Hegel. Enquanto isso, acrescento eu, na Alemanha há pessoas, ensinando Descartes, Derrida e Foucault – então fica difícil enrijecer a questão nacional e no mesmo ato a fronteira dos países. Contudo, tanto em *O continente e a ilha* quanto no meu próximo sobre Filosofia no Brasil, ao tratar do *éthos* do filósofo como intelectual em sua relação com a *pólis* e a cultura, eu acomodo a questão nacional, ressalto as raízes e a influência dos contextos, abordo as escolas e as correntes de pensamento e mostro seu papel estruturante na história da filosofia.

Em resumo, voltando ao Brasil, há o Macunaíma, que vai perder, e o *scholar*, que certamente irá ganhar. O Macunaíma está indo embora, mas será que fez o serviço dele? Em literatura e em música fez, em filosofia não.

Com relação ao sistema de pesquisa, o grande produto do sistema CAPES-CNPq é o *scholar*, foi a sua grande conquista. Os paulistas chegaram primeiro com a Missão francesa. O intelectual francês não era exatamente isso, era um virtuose, mas o virtuose erudito-vira facilmente o *scholar*. Minha tese é a de que o *scholar* é a síntese do virtuose das humanidades com o *expert* das ciências.

[7] Seu artigo *Filosofia no/do Brasil: os últimos cinquenta anos – desafios e legados* evidencia duas possibilidades: o mandarinato do *scholar*, já comentado, que parece bastante possível senão iminente, e o surgimento de um pensamento original, que,

de acordo consigo mesmo “ainda não aparece no horizonte”. Qual a dificuldade entre nós para o surgimento do pensador original? Indo um pouco mais além, quais os obstáculos do filósofo ao concorrer, como pensador público, com o pensador de ciências humanas em geral?

A questão da originalidade é complicada, tem um falso dilema. Ao comparar o Brasil com a Europa e os EUA, não está em jogo um tudo ou nada, nós copiando e os europeus criando. A realidade não é bem assim. Quanto à originalidade na filosofia, a filosofia parece muito com as artes. Ela é vítima do culto do gênio, como no romantismo alemão – o físico também é vítima desse culto, mas ele a resolve de outro modo. A filosofia tem que fazer uma crítica do culto do gênio, da originalidade. A criação tem que ser pensada com outras facetas. Não está em jogo a originalidade absoluta, não há criação *ex nihilo* em lugar nenhum, tudo em qualquer lugar já está começado.

Contra os excessos do culto do gênio, faço elogio da imitação. Ela tem um sentido evolucionário muito forte. E a criação, por sua vez, é cheia de riscos. A criação envolve muita entropia. Contra o pensador solo e o gênio individual há que se opor o nós impessoal e a coletividade anônima. Hoje, fora da filosofia, a pesquisa de ponta é decidida nos *teamworks*. Quem descobriu o GPS foi um novo Newton? Não. Foi um monte de anões que criaram um instrumento gigante. Ninguém sabe quem foi o verdadeiro criador do GPS. Há uma inteligência coletiva. Contra tudo isso, a imitação. O oriente não pensa assim, nem promove o culto do gênio, mas reconhece a tradição e há por lá muita imitação. Os chineses e os japoneses valorizam demais a imitação.

Em artigo recente, para inserir a coisa em um patamar melhor, eu criei três eixos do conhecimento: 1) O eixo da *imitação*, prevalecente em nossas universidades, no qual as escolas e as pessoas adquirem conhecimento imitando e o transmitem tal como o receberam ou o encontraram; 2) O eixo da *incrementação*, que é o da CAPES e CNPq, conhecimento incremental, novidade relativa; 3) O eixo da *criação*, muito pequeno. Essa figuração é especulativa, eu a criei pensando, mas nem por isso diminuí a sua plausibilidade.

No caso dos efeitos da imitação na sociedade, não interessa tanto quem foi o verdadeiro criador. No fundo foi a humanidade inteira, e aí não há como patentear e responsabilizar ninguém. O que se pode é controlar os usos de produtos tecnológicos, e não impedir de antemão seus abusos pelos indivíduos e coletividades. O risco é inerente à humana condição e à sociedade humana. O GPS, por exemplo: usá-lo para quê? Para

localizar uma casa e assassinar o dono em busca de dólares escondidos? Não sei. Isso não tem nada a ver com a técnica, tem a ver com os indivíduos. Ninguém controla.

Quanto aos efeitos da imitação nas sociedades tradicionais, o conjunto deles é muito positivo, criando as referências e as tradições. No artesanato também é positivo, nas nossas relações com os filhos. Mas o culto do gênio é real e há a ilusão de que todo mundo tem que ser Newton, Bach ou Bethoven. É muito “megalô”, egos narcísicos! Um “narcisismo funcional”, um “autismo funcional”, leva a esses excessos. Isso, além da psicanálise, demanda uma crítica filosófica.

Que fique claro: reconheço que há mentes privilegiadas, porém o culto ao gênio é pré-científico, por isso falo que é romântico, e seu *éthos* é pré-republicano e ajustado à ética antiga. No meu modo de ver, tudo isso exige uma crítica filosófica persistente e aguçada. Também em filosofia há de haver bastante espaço para os *teamworks*.

[8] É possível fazer corresponder o modo de operar filosoficamente sugerido em *O continente e a ilha* a um tipo específico de intelectual da filosofia que você descreve na sua pesquisa sobre a filosofia no/do Brasil – o intelectual orgânico, o dileitante estrangeirado, o intelectual público, o *scholar*, o intelectual cosmopolita globalizado – ou cada um deles a seu modo tem condições de encampá-lo?

Quando pensei essa tipologia dos intelectuais, eu a calibrei para o Brasil. Com a ajuda deles tentei pensar o Brasil desde a colônia. Mas logo me dei conta de que, em termos de cultura, é preciso ajustar essas figuras e fazer uma aplicação *ad hoc*, pois as culturas têm as suas particularidades. As coisas não são lineares e nem todas as possibilidades estão subsumidas nestas figuras. Não quer dizer que começa com o intelectual orgânico da Igreja, passa pelo estrangeirado ou o dileitante do direito, continua com o *scholar* especializado, até chegar ao intelectual público e finalizar com o cosmopolita globalizado. Eu posso inverter isso e dizer que na origem é o cosmopolita globalizado, que o intelectual público apareceu depois no final do século XIX, na França. Isso é *ad hoc*. Kierkegaard menciona os “pensadores privados” que não têm nada a ver com a filosofia oficial, ele incluso. Quanto ao mais, posso fazer paralelismos, sem fazer emparelhamentos e considerar que, sim, há a exemplo do Brasil a experiência do México e dos EUA, e num caso e noutro, ainda que parecidos, é preciso considerar cada cultura porque há uma história intelectual e toda história intelectual é datada no tempo e no espaço.

Na ANPOF haverá uma mesa especial sobre produção acadêmica no Brasil. Vou falar sobre a internacionalização. Estava pensando em livros, em seus vários formatos, mas vou falar também do *paper*, de capítulos de livros, considerar um pacote maior.

Vou voltar à carga sobre esse ponto a partir da minha experiência nos EUA, minhas desconfianças com relação à globalização da filosofia, numa atitude de resistência. Admiro muito os EUA, é impressionante o que eles fizeram, mas não posso comprar o pacote americano. Vou falar também sobre o artigo de um professor de Berkeley no qual ele compara o uso de citações no mundo anglo-saxão, tomando como amostra as 12 revistas mais prestigiosas, a exemplo da *Mind*, e o ano de 2013 como referência. No Brasil, Abel Packer, diretor do SCIELO, mostrou que havia um problema no número de citações de brasileiros: como editores e *reviewers* internacionais já notaram, os brasileiros não citam os brasileiros, e isto – não é exagerado dizer – causa um verdadeiro auto-exterminio. Se somar isso, padrão de citação de artigos em língua inglesa, ao que acontece nos EUA, sobretudo, o resultado não é menos catastrófico. O colega de Berkeley mostra que em meados do século XIX, 81% das citações em revistas eram de estrangeiros, autores alemães e franceses. Atualmente o número é de 3%. É uma globalização para dentro e com a agenda norte-americana dominando as discussões. É um hegemonismo brutal! Ninguém comenta isso, e estamos diante de um problemão, como aliás reconhece o colega de Berkeley, preocupado com o monolinguismo nivelador e o auto-centramento empobrecedor.

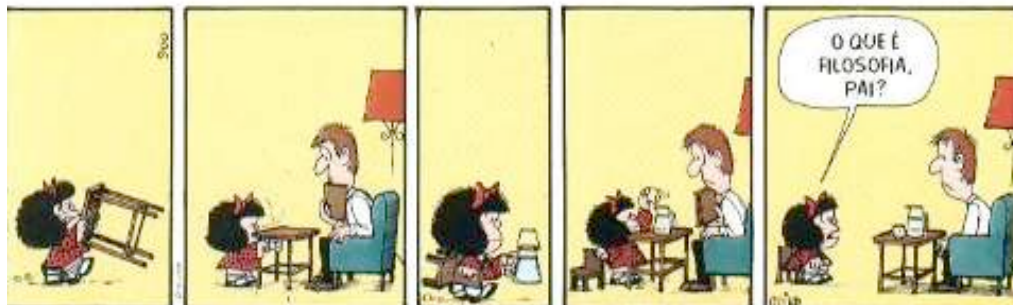
Tem paralelismo? Sim. Mas tem centros, lugares que pesam mais do que outros. Não é o espaço geométrico cartesiano em que todos os pontos se equivalem. São espaços geográficos, geopolíticos. O mais é mais e o menos é menos. O um vale mais do que um, a unidade fabricada aqui vale menos do que a unidade fabricada lá. Há um peso geopolítico nesse sentido. É preciso uma atitude de resistência geopolítica.

Sou favorável à internacionalização, mas não podemos dar um cheque em branco. Isso deve ser política de governo, ou melhor de Estado, senão da Nação, e não a minha política ou de grupos políticos. Por isso defendo o bilinguismo. Para dentro tem que ter o português. Para fora o inglês, como no século XVII foi o latim. Não se trata de mero nacionalismo, levando a escolher Tobias contra Kant. É mais do que isso, como vocês sabem.

[9] Responder à pergunta “o que é filosofia?” não é uma tarefa fácil, ou até mesmo realizável, e se for executada, nenhuma definição última sobre o tema será assinalada. No entanto, é possível, não necessariamente, que a pergunta funcione como um movente para a atividade do profissional da área ao longo de sua carreira. Diante do que foi dito em seu artigo e será explorado no livro *Filosofia no Brasil: Desafios e Legados*, acerca do qual você se referiu várias vezes e a ser publicado no próximo ano pela editora da UNESP, o senhor caminha com muita

cautela e sobriedade sobre a filosofia do/no Brasil, evitando com que o leitor produza definições açodadas e críticas sem o devido cuidado. Isso nos leva a entender que o traçado da “história do filosofar” não implica essencialmente uma história da filosofia, se levar em conta que houve sim explorações de ideias sem a instauração da filosofia profissional no país, enquanto sistema, o que ocorreu só tardiamente, no século XX. A abordagem metodológica da sua pesquisa parece estar focada justamente nisso, mas seria interessante saber *o que é filosofia para o senhor*, para além de uma nacionalidade específica, e termos a noção de *o que seria propriamente um filósofo*, tudo isso em um sentido mais amplo do que os dos manuais ou das definições escolares, e assim abrir, ou não, uma nova perspectiva para o que foi, é ou será a filosofia produzida no Brasil.

Sem ignorar a cultura, rigorosamente, como a matemática e a física, a filosofia transcende povos e nacionalidades. No meu modo de ver, não há uma definição completa de filosofia. Não cabe numa frase ou num único conceito. Estive conversando com a Telma [de Souza Birchall] e ela me lembrou da tira da Mafalda. Antes de perguntar ao pai “o que é filosofia?”, ela arruma a cadeira, pega um copo com água, o pai senta... Ela faz tudo isso porque sabia que iria demorar. Isso mostra tudo o que quero dizer.



Filosofia é uma experiência intelectual e cultural que muda no tempo e no espaço. O modo como os gregos faziam filosofia e como nós fazemos hoje não tem nada a ver. Há pontos em comum. Não havia universidades, nem departamentos e tinha Sócrates em praça pública. Aqui não tem esse tipo de praça, a *ágora*, mas há as redes sociais, com Sandel e seu curso de ética de Harvard cravando 10 milhões de seguidores. E por toda parte, mesmo sem a mega-audiência de Sandel, o contrário sendo a regra, cada filósofo, a rigor, instaura sua própria filosofia. O resultado: como as artes, a filosofia não tem *mainstream*, e haverá para cada qual uma infinidade de caminhos. Isso é bom, pois diversidade é riqueza. Não obstante, a atividade filosófica está muito enquadrada e

taylorizada hoje, mas pode surpreender. Foucault inventou muito e surpreendeu: *História da loucura, Nascimento da clínica, História da sexualidade...*

Vejam só o Onfray. Tenho minhas reservas com relação a ele, mas ele surpreendeu. Entre os dias 28 e 29 de julho de 2014 ocorreu em Paris um evento denominado *Banquet avec Onfray*, no qual o tema do Nihilismo no século XX foi tratado por ele². Neste banquete filosófico, Onfray privilegiou os pensamentos de Nietzsche, Heidegger, Arendt e Jonas e, para além das várias conferências, chamou à atenção um dos *banners* do evento: uma pasta de dentes chamada NIHILIST, cujas características eram *no flavor - no color - nothing*, ou seja, a pasta *não tem sabor, cor ou nada*.



Isso cabe na análise de proposição dos analíticos? Não cabe. A filosofia é mais do que análise de proposições. Trata-se de uma performance, em meio a retórica e tiradas literárias, e todo seu *décor* ou entorno é muito francês, mas poderia acontecer ou ter acontecido nos EUA ou aqui. Existe mais de um jeito de fazer filosofia. Até o jeito de o Onfray fazer. Fiquei admirado com isso. É difícil haver um conceito fundamental que seja comum a todos esses “jeitos”. Tem que haver mais considerações. Pode caber numa teoria, não num conceito. É preciso caracterizar mais, tem que ter considerações históricas, culturais. Tem que ter mais elementos. Aliás, é muito complicado definir o que é matemática, física, biologia! Assim o é com a filosofia.

No caso do Onfray, houve uma performance, como lembrado. Não é análise de proposição: o nihilismo é isto ou aquilo. O tema ou o problema não se instalou proposicionalmente, com a ajuda de *claims* e uma argumentação cerrada pró e contra. Teve antes uma análise contextual crítica: o nihilismo europeu. Teve que ter muita consideração para o uso dessa imagem da pasta dental fazer sentido. Se tomada a seco,

² O site do evento: <http://banquetonfray.over-blog.com/article-michel-onfray-conferences-sur-france-culture-l-ete-2014-25-124456537.html>. Acessado em 28 de Julho de 2014. Devo ao exemplo de Onfray a Eduardo Rodrigues Lima, que está concluindo uma tese de doutorado sobre a questão do nihilismo em Hans Jonas, sob a minha direção. O exemplo e a imagem da pasta dental “nihilista” vão aparecer na tese.

não faz sentido nenhum. Isso não cabe num conceito, se a gente entende que o conceito tem que caber em poucas sentenças, ou numa sentença só. Aí tem que ter mais.

Estou falando isso porque quero evitar aquelas definições retóricas como a definição italiana famosa. Ela é uma frase curta, condensa muita coisa e faz sentido. Tem um sentido retórico que é legal, mas conceitualmente pobre. Agora, pensem bem, ela guiar a mente e mostrar positivamente?!

As experiências continental e anglo-americana têm coisas em comum e também muitas diferenças. Admiro muita coisa numa e noutra. Na Inglaterra, por exemplo, alguém não precisa de erudição para fazer filosofia. Precisa da escola de pensamento. Até para fazer *puzzles*. Isso combina com a cultura americana. O americano gosta de quebra-cabeças; o francês e o alemão gostam de erudição. Aí pode ter choque de perspectivas. Mas a validade não vou discutir. Pode ter erros e acertos lá e cá. É só o produto que vai mostrar. Ninguém sabe antes. Tem que analisar.

Voltando ao próximo livro, lembro que além dele estou cuidando da publicação de dois outros: um, a reedição revista e ampliada de *O continente e a ilha*, prevista para meados de 2017, pela Loyola; outro, um livro sobre *As palavras e as coisas*, de Michel Foucault, aproveitando a efeméride de seus cinquenta anos, em 2016, com editora ainda indefinida. Quanto ao livro *Filosofia no Brasil*, a sair pela UNESP em abril de 2017, acrescento que não se trata de um livro de história da filosofia, como é comum e era de se esperar. Em vez, trata-se de um livro de metafilosofia, como *O continente e a ilha*, com a diferença fundamental que, tendo um embasamento contextual mais aprofundado e específico, consistirá no cruzamento da metafilosofia – a pergunta pela filosofia da filosofia brasileira – com a história intelectual. Esta, além do embasamento na história cultural e social, a depender de um conjunto de tipologias de experiências intelectuais e dos *éthei* dos filósofos nacionais – desde a transplantação da segunda escolástica ibérica para os trópicos no período colonial, até a instauração do mandarinato do *scholar* especializado.

[10] O que o senhor tem a dizer aos jovens que desejam ingressar no curso de graduação em filosofia e àqueles que pretendem dar continuidade aos seus estudos na pós-graduação?

Eu poderia aconselhar os jovens como Descartes: vão devagar; a filosofia é lenta; façam metafísica; não o tempo todo, mas umas poucas horas na semana. Poderia fazer isso? Poderia, mas não vou. A realidade é ingrata.

Só que isto não funciona nem para vocês nem para mim. Tenho que trabalhar duro, vocês têm que trabalhar duro. Como já tinha acontecido comigo, logo o jovem vai

perceber que para vencer em filosofia será preciso trabalhar duro. Porém, nem todo mundo tem as qualidades intelectuais ou a disposição psíquica para isso, e menos ainda passar toda a vida ocupada com as vãs coisas do intelecto. No fim da vida, quando for tarde demais, descobrirá com São Tomás que tudo era palha e não valeu a pena. Tudo o que eu não quero é que lá no fim isso aconteça comigo e os meus estudantes.

Uma boa agenda: cultivar a autonomia do pensamento e nunca perder o sentido dos problemas. No Brasil de hoje, que vive uma profunda crise de civilização, onde tudo está muito polarizado e as pessoas sofrendo de uma espécie de dissonância cognitiva: descobrir as mediações, vencer as polarizações e propor novas saídas – esse é o ofício do pensamento, o ofício do filósofo – e não só na política, mas nos diferentes campos da cultura.

Pensem nas artes, na música e na literatura: ao seu modo, e antes da filosofia, elas chegaram lá, fazendo interlocução com a nossa cultura e dando voz a seus diferentes segmentos. Como Guimarães Rosa e os capiaus dos sertões de Minas, ou a música popular brasileira desde os anos 20 ao descer dos morros do Rio de Janeiro e ganhar o restante do país, até mesmo caindo no gosto das elites e da alta classe média, conforme viu Antonio Candido.

É claro que tem problemas. Tem indústria cultural, essas coisas... Mas a literatura, as artes plásticas, a música popular, desde o século XIX conseguiram fazer essa interlocução. As artes conseguiram pensar e expressar a nossa identidade nacional. Na filosofia há um lado elitista... Não sei... É preciso olhar isso com inquietação e senso de realidade. Não se pode esperar tudo da filosofia, de maneira alguma. É muita arrogância. Sobre o pensamento brasileiro e os pensadores do Brasil, realmente a história, a sociologia e a economia chegaram antes. Paulo Arantes dá uma explicação que faz sentido. No *Departamento francês de ultramar*, ele afirma que a filosofia não expressa o real, ela não figura. Não sei se ele está certo. Acredito que não. Mas não é o caso de discutir isso agora.

Então, por que ainda filosofia? Porque a filosofia é resistência. Resistência do pensamento, embora pensar não seja exclusivo da filosofia. Para finalizar parafraseando Tolstói, as ciências e a tecnologia podem muito, quase tudo, mas não podem duas coisas: “nos ensinar ou dizer o que devemos fazer e como devemos viver”. E aqui, a par da religião, ao procurar dar a resposta, a filosofia faz todo sentido, e como?!!

Vejo nesta frase de Tolstói, com seu inequívoco sabor kantiano, o resumo de tudo o que eu busquei e ainda busco na filosofia.